

MODERNIZAÇÃO, PATRIMÔNIO CULTURAL E DINÂMICAS FAMILIARES

ESTRATÉGIAS CAMPONESAS E TERRITORIAIS DE DESENVOLVIMENTO NO CENTRO-NORTE DO RS

JOÃO CARLOS TEDESCO

RESUMO *O artigo analisa aspectos que demonstram correlação entre modernização e tradição nas estratégias de trabalho de pequenas unidades familiares rurais no centro-norte do Rio Grande do Sul. Priorizam-se atividades produtivas e de saberes realizadas nas “agroindústrias caseiras”, na confecção artesanal de produtos e nas formas variadas de sua comercialização. O que se quer demonstrar é o valor do patrimônio cultural na constituição dos “territórios étnicos” e a importância da agricultura familiar nos processos de desenvolvimento local.*

PALAVRAS-CHAVE *Modernização; patrimônio cultural; agricultura familiar; desenvolvimento local.*

ABSTRACT *The article analyzes features that show the correlation between modernization and tradition in labor strategies in small rural family units in the north central of Rio Grande do Sul. Priority is given to productive activities performed and knowledge of “home agribusinesses” in handcrafting products as well as several ways they are commercialized. What we want to show is the value of cultural heritage in the formation of “ethnic territories” and the importance of family farming in the local development process.*

KEY WORDS *Modernization; cultural heritage; family farming; local development.*

INTRODUÇÃO

A agricultura familiar, em suas múltiplas manifestações em nível de país, ainda que em grande parte pressionada pela lógica da racionalidade mercantil capitalista, conserva e reproduz horizontes de sua tradição cultural e histórica. Muitas

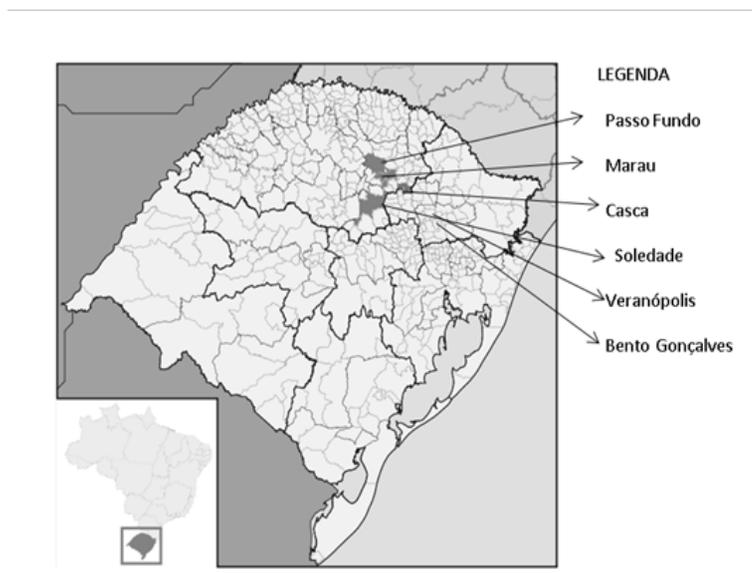
pesquisas demonstram a multifuncionalidade desta (CARNEIRO e MALUF, 2010; CAZELLA *et al.*, 2009), ainda que fazendo algumas ressalvas ao conceito, em particular no que o reduz à dimensão econômica. Agregam-se várias ações produtivas, técnicas, culturais, sociais, ambientais, territoriais e comerciais em correspondência com esse estrato produtivo e social. Há um conjunto de obras, um *corpus* analítico bastante amplo que a contempla em nível de Brasil, correlacionando-a e em interface com outros campos do conhecimento, revelando sua importância, seus limites, sua subalternidade no campo das políticas públicas, suas tensões e suas estratégias de reprodução.

Continuamos tendo dificuldades para definirmos a agricultura familiar de uma forma mais ampla e que dê conta das especificidades regionais. Na realidade, essa é uma das expressões de sua riqueza analítica, de sua *performance* e de suas várias formas de se apresentar em adequação com seu cenário. Desse modo, seria social e politicamente injusto, hoje, não contemplá-la no campo das políticas públicas, nas discussões sobre cidadania, desenvolvimento, sobre cultura e sociedades rurais (sociabilidades e cotidiano), agroecologia e agrobiodiversidade da produção alimentar, relações de trabalho e questões sociopolíticas a ela correlacionadas. É uma unidade produtiva e de convivência no meio rural que agrega aspectos da tradição com e na modernidade; em algumas circunstâncias uma se evidencia mais do que a outra, porém não se excluem e/ou se ignoram facilmente; esta reproduz interfaces com o urbano, revelando inserções, integrações, peculiaridades históricas, especificidades e diferenciações (WANDERLEY, 2002).

A região centro-norte do Rio Grande do Sul foi vista e caracterizada por grande parte da literatura do campo econômico do estado como de grande presença de uma agricultura modernizada, como *território* da “cultura da soja”, da aplicação pioneira da *tecnificação* e *quimificação* que esse produto exigiu a partir da década de 1960, sob a égide do que se chamou de

modernização da agricultura e/ou modelo produtivista. Porém nem tudo se modernizou no meio rural da região sob o viés previamente determinado pelo modelo que se imprimiu, nem todos os agricultores se tornaram *granjeiros* (médios e grandes produtores modernos envolvidos na produção do binômio trigo e soja, muito mais esta última do que o anterior), nem todas as formas mais tradicionais de produção foram abolidas.

É possível visualizar a preservação de agricultores familiares, com características camponesas (no trabalho e nas relações sociais, tendo a família como base e a agregação de saberes tradicionais de seu patrimônio cultural, ainda que em boa parte envoltos nas dinâmicas de mercado) expressas em práticas empreendedoras com base em produtos e matérias-primas da terra, com reduzida estrutura fundiária. Encontramos, em nossas pesquisas e nossos contatos de campo na região centro-norte do estado gaúcho, um conjunto amplo de ações, processos produtivos, estratégias de pequenas empresas, de grupos em associações, de redes de difusão de conhecimento e de mercantilização dos produtos no meio rural de municípios como Passo Fundo e Soledade (espaços esses historicamente identificados pela modernização e pelo agronegócio agrícola), Marau, Casca e Nova Prata (municípios com maior expressão de descendentes de italianos e poloneses que buscam valorizar seus pertencimentos étnicos para viabilizar empreendimentos e estratégias alternativas no meio rural).



Municípios que abarcam nosso espaço de pesquisa e de grande presença de agroindústrias artesanais e de dinâmicas produtivas de unidades familiares no meio rural.

É em torno dessa relação que veicula produção agrícola e não agrícola artesanal, com patrimônios culturais (*etnicidades*) e estratégias de reprodução de pequenas unidades familiares, que queremos refletir neste pequeno texto. A agrodiversidade, a agricultura familiar, o artesanato confeccionado no meio rural, as agroindústrias caseiras serão nosso foco analítico e de base empírica.

A ideia central é tentar mostrar que há uma imbricação entre fenômenos tradicionais e culturais com as dinâmicas mercantis modernas, com os canais do turismo *territorializados* e *eticizados*, em dinâmicas mercantis que denotam esferas de *proximidade*, de saberes e aprendizagens coletivas em esferas locais. A discussão analítica, ainda que não tenhamos condições de detalhá-la aqui, gira em torno de conceitos como patrimônio cultural, saberes tradicionais, coletividades territoriais e sociotécnicas nas quais atores sociais (grupos associados e

indivíduos isolados) atuam num território específico,¹ em redes e inter-relações econômicas, culturais, de produção, difusão e aplicação de saberes em produtos considerados “típicos”, levando em conta valores como proximidade, reciprocidade, identidade étnica etc. (SABOURIN, 2001, 2009; CERDAN *et al.*, 2010).

Daremos ênfase ao fato de que o conhecimento aplicado aos processos produtivos torna-se um processo de construção coletiva que vai se dando no local, nas práticas mercantis, nas mediações de atores e grupos sociais, nas políticas públicas, nas prestações recíprocas de serviços, nas feiras urbanas etc. Na realidade, são redes de relações que se integram no horizonte dos pequenos agricultores familiares, que se cruzam em seu cotidiano, formando e agregando-se a redes de sociabilidade técnica e de sistemas locais de aprendizagens e saberes. Há um conjunto de elementos que se constitui e que obedece a ordens locais/territoriais de relações sociais.

As estratégias de vendas de produtos agrícolas e artesanais em feiras urbanas – nas cidades de Passo Fundo, Carazinho, Soledade, Marau, dentre outras da região, em geral, desenvolvidos diretamente nas casas de consumidores urbanos, nas dos próprios colonos, em especial produtos como vinhos, queijos, carnes e outras “miudezas” – revelam horizontes e capitais sociais que se expressam como estratégias de mercado pelos pequenos agricultores. As vendas de produtos artesanais de pequenos agricultores familiares na rodovia que liga Passo Fundo a Porto Alegre (BR 386), na região de Soledade, conhecidos como “tendeiros da Serra do Botucaraí”, serão entendidas por nós como ações que objetivam a geração de renda e possibilidades de permanência de filhos atuando nas unidades.

Não daremos ênfase a nenhuma atividade específica nem às formas pelas quais suas dinâmicas mercantis se processam em razão do curto espaço que temos aqui. Priorizaremos, sim, algumas características, aspectos socioantropológicos e econômicos, racionalidades e estratégias que revelam o modo de ser de agricultores familiares. Veremos que estes, em meio aos

1 Estamos realizando uma pesquisa em três rotas mercantis e de expressão cultural-étnica no centro-norte e nordeste do Rio Grande do Sul. As rotas são: Vale dos Vinhedos, na região colonial italiana do Rio Grande do Sul, no município de Bento Gonçalves e Veranópolis em particular; Rota das Salamarias, na região de Marau e Casca, de grande presença das culturas italiana e polonesa; e a Rota da Serra do Botucaraí, com os “tendeiros de beira de estrada” na região de Soledade e Fontoura Xavier, na qual, em geral, são unidades familiares de caboclos que produzem e vendem seus produtos na BR 386. O que buscamos analisar nesses espaços é a questão da dimensão do patrimônio cultural manifesto e corporificado em produtos artesanais, na tipicidade das confecções e em suas otimizações mercantis em feiras urbanas (como a Feira Ecológica de Passo Fundo e a Feira da Gare), nos espaços turísticos das rotas referidas, bem como nas vendas diretas no local de produção. O norte central da pesquisa é perceber os processos que ligam tradição com modernidade, estratégias coletivas de sobrevivência das unidades familiares em sua multifuncionalidade.

bloqueios fundiários e aos fortes apelos para vender a propriedade e se estabelecer na cidade, vivenciando a realidade de atração que o mercado de trabalho e de vida urbana exerce sobre os filhos, de pressão pela cultura (monocultura) da soja e/ou para vincular-se, por via de contrato de produção, às megaindústrias de carnes da região (Perdigão, Doux e outras), encontram canais de expressão das racionalidades que reproduzem suas vidas.

Insistiremos no fato de que os recursos locais (territoriais), naturais e históricos são fundamentais na efetivação de relações econômicas e de organizações de unidades empresariais de pequeno porte junto aos agricultores familiares (CERDAN *et al.*, 2010). Estes encontram estratégias nesse sentido (dinâmicas sociotécnicas e coletividades territoriais entre grupos e associações de produtores, sociedades entre irmãos, mediações sindicais e de entidades de apoio – em destaque as que fazem assessoramento às agroindústrias caseiras e à produção agroecológica de mais de uma dezena de pequenos grupos associativos de produtores). Isso faz viabilizar antigos formatos de tradições locais e induzem a novas formas territoriais, produtivas e multifuncionais (WANDERLEY, 2003), inclusive com identidade geográfica de produtos, como é o caso da erva-mate, da tipicidade e da incorporação étnica presente em produtos como os salames e queijos na Rota das Salamarias (entre os municípios de Marau, Passo Fundo e Casca), dos vinhos e de várias agroindústrias de produtos artesanais (com farinha, leite e doces) no Vale dos Vinhedos e da maçã e dos morangos na região colonial do norte/nordeste do estado.

PRESSUPOSTOS ÉTNICOS, PATRIMONIAIS E TERRITORIAIS

A dimensão dos valores do patrimônio cultural (aqui entendido também em correlação com etnias envolvidas) tende a estar em consonância com o conjunto das representações das formas de vida que cada grupo social produz, institucionaliza,

prática e transmite por meio de formas variadas de socialização e de interação dos membros e destes com outros *de fora* do grupo; desse modo, falar em patrimônio cultural, *etnicidade* (*territórios étnicos*), é também correlacioná-los com identidades, alteridades e fronteiras espaciais e históricas (ABREU e CHAGAS, 2003).

Os produtos que vimos ganhar dimensões de grupos étnicos em territórios específicos (vinho, erva-mate, salames, cachaça e “graspa”, morangos, maçã ecológicas, vários derivados do leite etc.), produzidos e *territorializados*, incorporam formas identitárias tanto do modo de produção, quanto de suas redes de consumo (SABOURIN, 2001; CERDAN *et al.*, 2010), ganham conotações comunitárias e de grupos sociais, apropriam-se de algo que é muito caro para os elementos de reconstituição de *etnicidades* na região, que são os chamados “sistemas locais de conhecimento” (CERDAN, SOUZA e FLORES, 2008). Estes possuem dimensão local de proximidade (PECQUEUR e ZIMMERMANN, 2004), porém vinculam-se a horizontes mais amplos de relações e condições objetivas de existência, de interconhecimento e de reciprocidades (na elaboração, difusão e incorporação a determinados produtos), fatores esses fundamentais para a identidade do agricultor familiar, do horizonte regional (lugar de pertencimento de grupos) e suas estratégias de reprodução na interação com a economia mercantil (SABOURIN, 2009).

O patrimônio cultural é concebido aqui em correlação temática por ser um conjunto de bens materiais e imateriais, um fazer e saber de determinados grupos que conseguem estabelecer pontes e ligações entre o passado com o presente e este com o futuro, ou seja, garantir permanências e continuidades, presenças nas ausências. O patrimônio cultural é uma herança do passado que os homens intencionam transmitir às outras gerações, que identifica sujeitos e grupos sociais, ritualiza-os e/ou materializa-os através de grupos étnicos. Os saberes da cultura camponesa são de grande expressão nesse sentido, patrimônios cristalizados em objetos que, historicamente, buscavam dar

conta das demandas das unidades em seus circuitos internos e externos, seus limites e precariedades de condições econômicas.

As pessoas, os grupos sociais, a partir de seus interesses funcionais, em geral, conservam testemunhos do passado de forma diferente. Mas, para isso, estes necessitam dialogar com os tempos, com as inovações, com a modernidade e com as tradições que foram (re)construídas em situações e tempos específicos. É desse diálogo com os tempos que vai depender a determinação de seus significados e importância (ABREU e CHAGAS, 2003). O patrimônio dá ideia de vínculo e dependência entre gerações, entre pais e filhos, obrigação de transferência de herança material, espiritual, institucional e cultural. É nesse sentido que, ao tentar compreender aspectos das atuais tentativas de reconstituição de processos mercantis nas pequenas unidades familiares e seus circuitos culturais e sociais na região, vimos que são produzidas relações que acabam por manter e/ou (re)significar certa espacialidade definida por grupos de pertencimentos e/ou de descendência, as quais delimitam e identificam *territórios étnicos*. Isso vai se expressar nas estratégias de reprodução econômica de unidades produtivas, produzir também reinvenção identitária fundada em interesses de grupos, nas dinâmicas que a modernidade busca otimizar para sua própria eficácia (as redes mercantis de produtos agrícolas nas rotas indicadas revelam esse horizonte).

Os territórios, nesse sentido, ganham conotação muito além da dinâmica produtiva econômica; tornam-se, também, lugar do ambiente da vida, do pertencimento comunitário e individual (subjetividade e coletividades locais), da sociabilidade cotidiana e de possibilidade de expressão cultural, presentes em vários horizontes, inclusive o mercantil. Entendidos dessa forma, os territórios se ligam ao desenvolvimento rural, são construídos e estruturados por grupos sociais que lhe dão sentido, utilidade, identificação, diferenciação (esta muito presente nos produtos mercantilizados) e funcionalidade;

pressupõem relações de proximidade (PECQUEUR, 1996); na realidade, passam a ser também um produto comercializado (CAZELLA *et al.*, 2009) no qual alguns se beneficiam, mas, ao mesmo tempo, podem produzir generalizações sem procedência empírica, exclusões sociais e identitárias. Na realidade, significa dizer que os territórios são construídos e otimizados pelas denominadas histórias locais carregadas de valores simbólicos que serão, também, otimizados como valores econômicos. São estratégias territoriais que grupos sociais, no caso aqui, unidades familiares do meio rural, encontram para reproduzir-se na continuidade de outros processos (históricos, culturais, de saberes, identidades étnicas e espaço-ambientais).

O setor vitivinícola da região colonial, do Vale dos Vinhedos, da Rota das Salamarias, do artesanato colonial da Serra do Botucarái (dos “tendeiros de beira de estrada”), dentre outras, ao seu modo, revela muito disso.² Em outras palavras, a modernidade e a tradição estão *se servindo*; patrimônios culturais sendo seletivizados, reinventados e agregados a canais mercantis modernos (WANDERLEY, 2003). A natureza física (espacial) e os territórios locais/regionais ganham conotação *étnica* e incorporam atividades geradoras de emprego e renda (em particular na produção agrícola e no artesanato). Nesse horizonte, incorpora-se a terra, o seu lugar específico, produzindo simbologias e valores econômicos. Terra (propriedade e de trabalho), território e territorialidade são processos que se complementam e são importantes na criação de paisagens (ZANINI, 2008). A *etnicidade* pressupõe memórias comuns, partilhadas no coletivo, localizadas num tempo e lugar; implica crenças de, pelo menos, haver certa afinidade de origem, ritualizada, na contemporaneidade, por grupos; produz capitais sociais no interior desses grupos, mediados por estruturas midiáticas, religiosas e empresariais de grande porte (no caso, podemos indicar as indústrias de vinho, de erva-mate, de carne suína, do leite etc., na região colonial na Rota dos Vinhedos e das

2 Algo disso, publicamos em *Terra, trabalho e família: racionalidade produtiva e ethos camponês* (1999), bem como mais recente em *Festas e saberes: genealogias e memória imaterial na região colonial do RS* (2009).

Salamarias, dentre outras que pesquisamos), e pelas necessidades que os tempos imprimem. Disse-nos um proprietário de uma indústria de embutidos de Passo Fundo (salame, queijo de porco e outros produtos) que “os ricos de agora voltaram a comer o que comiam quando eram pobres; vêm comprá dos pobres o que os ricos não comem mais no dia a dia e nós comemos [...]; eles se identificam com uma vez [tempos atrás da vida na colônia], não é? Sentem saudade disso; nós somos os que ainda têm isso, tu não encontra mais por aí tão facilmente uma carne de galinha caipira pra fazer a sopa de antigamente que todos eles gostam”.

A origem étnica pode ser usada como valor de distinção, de agregação de valor; é a ideia de que ser diferente faz a diferença, como capital a ser valorizado. Tanto descendentes de italianos como de poloneses e caboclos (grupos que estivemos mais em contato para análise de agroindústrias e de estratégias de comércio de produtos rurais em feiras urbanas) produziram e foram vítimas históricas de estigmas sociais e culturais em tempos passados, alguns até produzidos entre os próprios grupos identificados e no interior deles. A multifuncionalidade da agricultura familiar, evidenciada pela literatura nos tempos atuais, busca revelar isso, ir além da dimensão econômica, revelar horizontes morais, culturais, étnicos, saberes que dão conta dos enfrentamentos dos limites a ela impressos, das famílias, das tradições, das memórias, dos projetos de vida etc. (WANDERLEY, 2003).

Os *territórios étnicos* (aqui identificados pela ligação entre grupos sociais e atividades produtivas que os caracterizam),³ em suas práticas mercantis, tendem a romper e/ou alterar estigmas produzidos em torno da vida do colono, do empobrecimento de unidades camponesas (de grande expressão em unidades de caboclos); em geral, descendentes de imigrantes italianos, em particular, mais do que os outros, tendem a enfatizar valores simbólicos das suas origens, produzir discursividades novas e otimizadas no horizonte da gastronomia, do artesanato, do empreendedorismo e do progressismo; elementos esses que

3 Ressalvando que esses processos não são naturais nem contemplam todos os atores envolvidos em *seu interior*; são dinâmicas produzidas para diferenciar, identificar, agrupar relações e produzir pertencimentos. Os territórios étnicos ganharam certa visibilidade nas últimas décadas, quando da discussão sobre desenvolvimento local/regional diante das pressões da globalização econômica e cultural.

acabam por ser demarcadores da *italianidade* no Sul do Brasil. Essas experiências de correlação entre saberes culturais e identitários com dinâmicas territoriais de produção podem ser vistas como estratégias e racionalidades adaptativas aos horizontes das próprias condições de vida do pequeno agricultor familiar que agrodiversifica atividades produtivas. Nem todas as unidades familiares estão inseridas nesses *territórios étnicos*; há, sem sombra de dúvidas, diferenciações entre as unidades nesse sentido, inclusive com exclusão social de algumas e apropriação de identificações de uma forma genérica quando da definição dos chamados “produtos artesanais locais”, como é o caso da Rota das Salamarias e do Vale dos Vinhedos. Nem todas as unidades produzem o vinho colonial que leva o selo do Vale dos Vinhedos, nem todos produzem os salames que são identificados com a marca da Rota das Salamarias, a erva-mate socada e os artesanatos feitos e identificados como sendo dos caboclos da Serra do Botucaraí; há exclusão social nesse processo de reconstrução coletiva que vincula patrimônio cultural, produtos e territórios. As generalizações que se embasam em estratégias mercantis e midiáticas tendem a forçar o traço na dimensão étnica como forma de imposição cultural de determinados grupos. No entanto, ainda que esses elementos estejam presentes, há de se reconhecer as estratégias das unidades familiares e dos grupos sociais envolvidos na tentativa de encontrar formas maximizadoras de sua reprodução social, agregando tradição e modernidade.

AS AGROINDÚSTRIAS CASEIRAS: LÓGICAS MERCANTIS E SABERES DIFUSOS E APROPRIADOS

Grande parte das indústrias de transformação de matéria-prima, presente em algumas unidades familiares rurais, expressa um trabalho que se alimenta de uma *filosofia prática*, própria do *ethos* de agricultor familiar da região, fundada numa concepção que agrega valores culturais da *tradição camponesa* (WANDERLEY, 2003b). Algumas mulheres, por exemplo,

encontraram na diversificação, na forma de (agro)indústrias caseiras (massas, doces, derivados do leite, pães etc.), uma alternativa para permanecer no meio rural, reproduzir-se como camponesas, subsidiar as atividades agrícolas mais tradicionais e, no limite, evitar o assalariamento urbano e a alteração de seu *ethos*. Isso diz muito para a preservação da identidade de camponesa. Pequenos empreendimentos conseguem gerar renda e trabalho com a intenção também de fazer com que filhos permaneçam na unidade familiar; isso envolve e reproduz relações de gênero, agrega fatores sinérgicos às atividades agrícolas que, no meio rural de famílias mais tradicionais, tendem a se reproduzir “como era um tempo e que poucos acreditaram que seria ainda possível”, como nos disse uma senhora confeitadeira, agricultora e feirante de seus produtos e de outros da sua vizinhança, em Passo Fundo.

Vimos que algumas agroindústrias exercem atividades concomitantes a outras da produção agrícola; não dá para vê-las separadas na vida do pequeno agricultor familiar; essa é uma característica bem expressiva. “Uma coisa ajuda a outra; o bom aqui é podemos vender direto, sem o atravessador”, disse-nos um pequeno agricultor familiar que é também “tendeiro de beira de estrada (BR 386) na região de Soledade; este, ainda que criticando o “atravessador”, exerce também essa prática, pois compra mercadorias de pequenos agricultores vizinhos e as revende em sua tenda. As coletividades se organizam para efetivar o comércio de seus produtos na beira da rodovia, pressionam junto ao poder público pela logística e propaganda das tendas, para efetivação da infraestrutura e da arquitetura das tendas; grupos agroecológicos vinculam-se com prefeituras na região para vender seus produtos nas escolas, na montagem da infraestrutura de tendas para o comércio no meio urbano, na legislação que os permite transitar e transacionar os produtos; redes se constituem para a produção e difusão de conhecimentos agrotécnicos e agroecológicos, efetivadas nos moldes de

cooperativas, de associações etc.. Mapeamos várias destas em nosso universo de pesquisa. Há um conjunto amplo de processos que viabiliza esses horizontes coletivos e sociotécnicos, os quais tendem a se ampliar com a efetivação mais ampla das dinâmicas de economias que ganham feição de *proximidade* (PECQUEUR e ZIMMERMANN, 2004) entre produtores, consumidores, fatores de ordem cultural e de tipicidade étnica.

Muitas agroindústrias atuam de uma forma intermitente, outras são mais aleatórias e sazonais. Na realidade, ambas as características dependem de alguns fatores interligados e/ou não, tais como preço de mercado, mercado consumidor, infraestrutura, força de trabalho, ganhos financeiros, tempo disponível, ajudas internas e externas, fiscalização ou liberação, dinheiro para investir, sazonalidades agrícolas e de atividades produtivas.

As feiras urbanas são fundamentais para a indução de inovação e ampliação das atividades; desenvolvem-se com grande participação de consumidores em Passo Fundo (de 3 a 4 mil pessoas por semana); na BR 386 há fluxo contínuo de exposição de produtos agrícolas e artesanato em couro, madeira, vime, tecido, ferro, produtos do extrativismo (pinhão, erva-mate, chás, lenha, frutas etc.), de vários produtos confeccionados e derivados do leite pelos próprios agricultores familiares (em geral, caboclos que são pequenos agricultores-comerciantes); nos restaurantes de “comida típica” na Rota das Salamarias (em seus restaurantes e/ou na venda direta aos visitantes), dentre outras de produção agrodiversificada e ecológica, em particular, na Associação de Produtores Agroecológicos de Santo Antônio do Palma, local próximo de Passo Fundo e de Casca.

São ações que obedecem a uma *racionalidade interna*, mas em relação com outras externas (de mercado, de qualidade, de territórios, legislações, contato etc.); estão revestidas de um grau de *autonomia* e de *liberdade* em relação a possíveis determinações de preços (por mais que o parâmetro de mercado

esteja presente), de tempo de trabalho, além, é evidente, de reconstituírem, dinamizarem, inovarem e desenvolverem saberes internos, incorporados aos *novos* padrões alimentares da sociedade, em geral mais voltados aos produtos *orgânicos* e aos do “tempo de uma vez”, da substituição e/ou passagem de uma lógica *produtivista* para uma outra, a da *qualidade*, num contexto dinâmico de uma “economia da saciedade” (ALLAIRE e BOYER, 1995).

Saberes tradicionais se mesclam com outros incorporados e aprendidos de várias formas no interior dos circuitos produtivos, mercantis e de mediações externas. Vimos isso em uma fábrica de pães e bolachas, na qual a “filha fez curso para produzir só orgânicos; é o que mais tá dando aqui; já fizemos até convênios com pequenas prefeituras para vender em escolas municipais só os produtos comprovadamente orgânicos, daí os nossos têm vez, não é?”, disse-nos um dono de uma pequena confeitaria no meio rural de Passo Fundo, o qual planta o trigo de uma forma ecológica, produz açúcar mascavo e ervas para a sua produção de pães, bolachas, chás e outros produtos. A confeitaria agrega três filhos e a esposa, e conta, aleatoriamente, com o auxílio de um parente que reside próximo. Diz o proprietário que a grande dificuldade é “encontrar gente pra trabalhar”; muitos filhos fazem opção e/ou são atraídos “pra trabalhar na cidade e não aqui; esse é o grande desafio agora”.

A forma integrada (entre grupos de unidades familiares e com dinâmicas de identidade local/regional) de produtos fabricados com matérias-primas produzidas nas unidades locais (os produtos ligados a carnes e embutidos, do leite, da uva, do setor de couro e de seu artesanato, da produção de morangos, dentre outros) expressa imbricação mercantil com universos culturais, saberes cristalizados e transmitidos entre gerações, readaptados em razão das aprendizagens, tendências, condições objetivas das unidades, agregação de valores de um produto a outro, o que faz o resultado ser promissor para muitos dos entrevistados e visitados.

Essas práticas nas unidades familiares da região não são novas, porém, mais intensas nos últimos anos; foram fundamentais em tempos passados nos espaços coloniais e continuam, ainda que em menor escala e com outra intencionalidade, nos dias atuais.

Os espaços/mercados de proximidade mobilizam *laços sociais* pelas relações diretas entre produtores e consumidores (PECQUEUR e ZIMMERMANN, 2004; CAZELLA *et al.*, 2009). Produtos, identidades, territórios, culturas, saberes, *etnicidades* etc. podem estar reunidos num ambiente de feira, numa relação direta entre produtos e consumidores produzindo sociabilidades, mercados com reciprocidades e intercâmbios culturais e de saberes. Muitas vezes, em torno de determinados produtos, produzem-se *territórios* expressivos da vida dos sujeitos envolvidos, ou seja, costumes e valores humanos e simbólicos, que não se baseiam só na dinâmica da troca, da intercambialidade mercantil; são, sim, além de valores de troca, uma ampla e significativa *troca de valores* (CERDAN *et al.*, 2010). Acreditamos que dimensões materiais e subjetivas, bem como as de cunho simbólico-coletivas, podem estar intimamente relacionadas (SABOURIN, 2001, 2009; WANDERLEY, 2003b). Isso se reflete na determinação e conformação daquilo que se considera renda, dos múltiplos espaços e qualificativos em torno do trabalho de determinados grupos e indivíduos, das estratégias, vulnerabilidades e racionalidades adaptativas em relação aos ambientes externos e internos das unidades familiares. Os produtos territorialmente qualificados potencializam territorialidades humanas, socioeconômicas e culturais (WOLFER, 2010).

AGROINDÚSTRIAS “DO LEITE”: SOCIABILIDADES E SABERES

Dedicaremos algumas linhas em torno da produção e agroindustrialização do leite por ser essa atividade altamente representativa das unidades pesquisadas (para não dizer por

4 Há uma bacia leiteira na região norte e centro-norte do estado de grande expressão, inclusive com a presença de grandes agroindústrias e multinacionais do setor.

toda a região do centro-norte do estado),⁴ que corrobora com o que vimos até então refletindo.

A produção e agregação de valor do leite, através de vários de seus derivados (queijo, ricota, iogurtes, doces de leite etc.), é uma das grandes expressões de uma agrodiversidade sinérgica que incorpora tanto fatores da mercantilização quanto da sociabilidade e dos saberes, que, na realidade, são próprios da vida das unidades familiares rurais da região. O leite tornou-se uma grande alternativa para a reprodução da agricultura familiar, tanto em sua renda bruta, quanto em sua sistematicidade temporal, sendo esta última um fator fundamental para as características mercantis da unidade familiar que atua na produção agrícola em geral.

Há, em meio às dinâmicas de produção e venda *in natura* do produto para os grandes laticínios, um contingente significativo de produtores familiares, muitos deles em associações, que encontram formas de tornar o produto, em correspondência com outros, com visibilidade mercantil. As feiras urbanas, as vendas de subprodutos deste em rotas turísticas é bem visível. “Quem vem comprá vinho, leva o queijo, o salame, a ricota, doces que fizemos com leite, bolos e um monte de outras coisas”, disse-nos um proprietário de uma queijaria na região do Vale dos Vinhedos. Vários produtores enfatizam essa sinergia entre produtos, com a dinâmica mercantil “casada” (vinho, queijo, salame), incentivada e dimensionada em sua *etnicidade* nos territórios de sua identificação. A *italianidade* e a *polonidade* se evidenciam nesse sentido mercantil; é comum “o pessoal daqui vir buscar a cachaça dos polacos, dizem que é a melhor que tem. Polaco sem cachaça é que nem italiano sem queijo, salame e polenta”. Há redes que vão se constituindo no intercâmbio dos saberes, das inovações produtivas, dos meios de comercialização, do *marketing* agregado a fatores de pertencimento cultural, bem como mediadores técnicos da Emater, dos enólogos das vinícolas, de membros das associações de produtores “que foram fazer

curso fora”, como nos disse um deles. Há tentativas de agregação de saberes, inovações e dinâmicas técnicas na confecção de produtos, os quais tentam ser vigilantes na noção de território, de identidade dos produtos. Esse é o fator que nos foi enfatizado por um dos técnicos da Emater de Veranópolis.

Visitamos três agroindústrias em cada uma das três rotas que analisamos (Vinhedos, Salamarias, Serra do Botucaraí) e pudemos constatar a intensa vinculação dos produtos com o território, ou, então, da *territorialidade* com os produtos. Uma proprietária nos disse que “tem grande aceitação; os clientes já conhecem o produto”. Nas feiras de Passo Fundo, há grande quantidade de leite que é pasteurizado por pequenas agroindústrias, que as unidades produtivas, em associações, empreenderam. Os produtores familiares que vendem nas feiras de Passo Fundo demonstram estarem mais contentes em razão de um significativo diferencial no preço recebido, porém enfatizam o envolvimento de trabalho maior, pois necessitam manter por mais tempo o leite resfriado; estes vendem leite também diretamente ao consumidor:

formamos uma pequena agroindústria para pasteurização; até ano passado vendíamos em litro, *in natura*, agora a grande maioria se associa a nós; de alguns [produtores vizinhos] [...] nós compramos o leite [...] e vendemos então conforme as novas regras; fornecemos pras escolas do município [...]; parece que agora, com o Tarso [governador], as escolas da região vão passar a comprar de nós também, temos de garantir produto então, né, e com qualidade. O desafio, pra quem faz diferente e não entra no esquema das grandes, é medonho.

Insistimos, ainda que de uma forma genérica, sem uma análise mais apurada, no fato de que a produção de leite reflete, dinamiza e reproduz aspectos da totalidade cultural e *funcional* (relações de trabalho, demografia, saberes, tradição, necessidade

de ganhos financeiros etc.) da pequena unidade familiar no meio rural. Quando esta tem condições de agregar valor ao produto e confeccioná-lo na unidade pela produção de queijo, requeijão e outros, daí essa renda proveniente de um comércio direto e informal é absorvida e canalizada para os gastos da casa, distribuída entre filhos pequenos e/ou adolescentes, subsidia filhas adultas em suas necessidades de consumo, ou, então, para compras, em geral a prazo, de utensílios, máquinas e móveis para o lar, e algo também para as atividades agrícolas ou na mesma atividade geradora (plantel, pastagens, infraestrutura de instalações etc.).

Segundo informações de produtoras, há uma demanda muito grande por produtos derivados do leite, principalmente os mais tradicionais. Há um conjunto de ações que viabiliza culturas alimentares que faz parte do imaginário do consumidor; é a noção de “produto colonial”, produzido artesanalmente, feito pela unidade familiar, com o gosto daquele que “a mãe e a nona faziam”, saudável, puro etc., “isso é o que eles vêm buscar aqui nas feiras”. Esse processo não é mais dinamizado em razão da falta de mão de obra da unidade, pela pressão das grandes agroindústrias e cooperativas que pagam mais pelo volume acrescido do leite (cotas altas), pela ausência de um consumo mais sistemático, não necessitando estocar o produto, mas, sem dúvida, “que existe e queremos que se amplie; estamos trabalhando pra isso; esse é o futuro”, disse-nos um líder sindical rural por ocasião de um debate sobre o tema que fizemos na Rádio Igaí de Passo Fundo.

Há entidades que atuam na intermediação técnica, mercantil, de assessoramento a alguns grupos que se associam em cooperativas, porém algumas destas, ainda que possam incentivar a produção de produtos considerados “tradicionais”, tendem a exercer vigilância, remuneração, controles técnicos, muito aos moldes das grandes agroindústrias, “que tomam conta do setor”. Encontramos poucos produtores que possuem

vínculos cooperativos. Em geral, as cooperativas se reservam às atividades de coleta, resfriamento, transporte, industrialização e comercialização, algumas fornecem assistência técnica, medicamentos e ração. Porém os grandes laticínios não deixam muito poder de barganha para elas, além de serem fragmentadas e pequenas (AUED e PAULILO, 2004).

O leite, as farinhas e outros produtos considerados como “miudezas”, aliados ao conhecimento e ao saberes que dão conta da vida cotidiana de membros da família, em suas diferenças de gênero nas atividades, com particular identificação junto às mulheres e, destas, as de mais idade em particular, propiciam estratégias alternativas de geração de renda com as confecções, confeitarias, microindústrias processadoras de produtos para a mesa do consumidor urbano. Ambas as matérias-primas podem ser produzidas na própria unidade e sua agregação de valor está ganhando dinamismo em várias famílias. Vimos em várias agroindústrias caseiras, em outras atividades ligadas à cultura do vinho, dos queijos (leite), e à agroecologia (de associações de produtores na região), que o patrimônio cultural, expresso em saberes, revela-se nos produtos; há intenções e clareza nos grupos que isso “dá mais valor ao produto”, como nos disse um produtor de vinho e salames com selo da Rota das Salamarias.

Produtos considerados *locais* ganham e usufruem benefícios no âmbito local, com atores locais em preponderância, com bens privados e públicos locais (étnico-sociais), num horizonte de proximidade e produzindo territorialidades em consonância com os atores coletivos. A produção e a agroindustrialização do leite otimizam essa realidade cultural e patrimonial de grupos de pequenos produtores na região; há uma tentativa deles em reconstituir identidade étnica revelada e agregada em produtos artesanais e/ou de maior agregação de trabalho manual e familiar. Essa territorialidade, ainda que de uma incipiente *economia territorial* e da *localidade* (PECQUEUR e ZIMMERMANN, 2004), busca recuperar identidades, promover autoestima, renda

econômica, capital social etc. em meio aos pequenos agricultores familiares.

É evidente que nem tudo é *etnicizado*, porém busca-se agregar valores, na medida do possível, criar padrões alternativos de produtos em contraposição aos já estandarizados, como é o caso do vinho colonial em contraposição ao industrializado, o pão e a cuca caseira em relação “aos da padaria”, a galinha e os ovos caipira em relação aos “daqueles da Perdigão”, a erva-mate “socada” em contraposição à empacotada das indústrias e “cheias de conservantes”, e outros parâmetros impressos em vários produtos que ganham dinamismo mercantil e produtivo nas unidades de produção.

Produzir, vender e consumir são esferas não apenas alimentadas pela lógica econômica. Quando visitávamos experiências de associações de produtores agroecológicos era comum ouvir a afirmação de que o importante “é ganhar um dinheirinho sim, mas também saber que estamos produzindo e comendo alimentos saudáveis, sabermos que nossos filhos viverão melhor com esse cultivo da agroecologia. É a saúde nossa que importa também, não?”. Essa é outra dimensão temporal que se confronta com pressupostos de um modelo que valorizou mais a dimensão mercantil do que a vida humana e pela utilização desmesurada e irracional do arsenal químico aplicado à produção. A multifuncionalidade da agricultura familiar passa também por esses horizontes, de formação de outra consciência alimentar, produtiva, de saberes, de vínculos com o espaço urbano pelo canal da alimentação e da cultura produtiva. Isso também se agrega aos fatores considerados de desenvolvimento.

TERRITORIALIDADE E DESENVOLVIMENTO

Reconhecer que os territórios possuem riquezas humanas, um patrimônio material e imaterial que, colocados em evidência, interligados aos demais, em âmbito regional, produzem

transformações na realidade, é um grande pressuposto para os processos de desenvolvimento (VEIGA, 2000; SABOURIN, 2009). Demandas locais, iniciativas e mobilizações de base, autonomia das pessoas para a mobilização, as diversificações e diferenciações de atividades, a sintonia e coesão entre as pessoas, os grupos e os interesses, dentre outras dimensões, são fundamentais para a produção de um território delimitado, caracterizado, construído, identificado e desverticalizado; condições essas que consideramos fundamentais para a ideia de desenvolvimento local agregado aos territórios de produções com certa identificação étnica.

Buscamos dar ênfase à dimensão do *lugar* por entendermos que este representa o espaço da sociabilidade, do cidadão, do interconhecimento e da interação entre sujeitos e coletividades (SANTOS, 1993; ETGES, 2004). A ideia de lugar contém em si a dimensão do micro, do sensível, da história miúda, do cotidiano, do movimento da vida, dos projetos e dos desejos, dos saberes e dos vínculos/das redes entre próximos (MARTINS, 2000). Cada sociedade e cada indivíduo produzem seu espaço, dividem-no e hierarquizam-no, dão-lhes significados que lhes configura uma existência real, intercambiante entre grupos e localizados em *territorialidades culturais* e/ou étnicas, com certo grau de pertencimento (ZANINI, 2008; VEIGA, 2000). Entendemos que o desenvolvimento local/territorial precisa capitalizar, valorizar, compreender as potencialidades, as riquezas de um território que foram, histórica e culturalmente, produzidas pelos coletivos que o compõem. As ideias de processo, de atores locais (que podem ser indivíduos, grupos, representações sociais), de experiência, de especificidade territorial, de sinergias entre sujeitos locais, de democratização na gestão do processo de desenvolvimento local, são fundamentais (VEIGA, 2000).

O desenvolvimento local agrega-se ao patrimônio cultural e ambos revelam-se no horizonte das paisagens, das festas (em geral étnicas, de comunidades rurais e urbanas e de famílias),

nas exposições urbanas e rurais de artesanato, nos restaurantes no meio rural (há vários em rotas turísticas e de cunho étnico em locais que pesquisamos, em particular no Vale dos Vinhedos, na Rota das Salamarias e nos “tendeiros da Serra do Botucaraí”), nos dialetos, no artesanato e nas edificações de moradia. Há restaurantes denominados “típicos” de grupos étnicos em comunidades de maior pertencimento de descendentes de poloneses, austríacos, italianos, holandeses e alemães; ambos passam a se integrar às rotas turísticas regionais e agregar ações na dinâmica de desenvolvimento de *territórios étnicos*, de rendas às unidades familiares. Os vários atores coletivos envolvidos potencializam também recursos naturais (campos, matas, montanhas, rios e cascatas, visitação em períodos de maturação da cultura de uva, maçãs e de cultivos agroecológicos, festejos comunitários, nas “semanas italianas” e/ou nas “festas de alemães” e “festas polonesas”, dentre outras). Nesses horizontes, agregam-se modernidade com tradição, saberes que vão se reconstituindo, alterações de tradições, atividades produtivas que adentram por canais convencionais de dinamismo comercial, como é o caso de grandes redes de supermercados que compram produtos agroecológicos de pequenos grupos de produtores familiares, de cantinas de grande *performance* mercantil que compram uvas de agricultores familiares, de grandes *shoppings* que adquirem produtos derivados do leite, do morango e de confeitarias que produzem produtos agroecológicos, bem como de redes de comércio de erva-mate, de salames e carnes de suínos “orgânicos”.

Na realidade, essas correlações revelam estratégias que são adotadas por pequenos agricultores, os quais encontram formas de promover identidades culturais, dinâmicas de desenvolvimento territorial/local, com atores e produtos *locais* (CERDAN, SOUZA e FLORES, 2008; DALLABRIDA, 2003). Como diz Sabourin (2006), ainda que de uma forma seletiva na apropriação identitária local, esse processo faz com que atores

sociais otimizem e inventem *potencialidades territoriais*, tenham clareza dos limites deles, reforcem laços culturais locais de pertencimento ao próprio território; ou seja, são do território e, fora dele, perdem boa parte de sua característica. O artesanato é de grande expressão disso, pois une e agrega pessoas, técnicas, saberes, territórios identificados coletiva e culturalmente. Há experiências de grupos organizados, em particular na produção de agroindústrias caseiras e de agroecologia, bem como na Rota das Salamarias e dos Vinhedos, que, pela sua *performance* de até então, conseguem absorver políticas públicas, fazer chegar dinheiro para viabilizar um conjunto de ações na esfera da produção e da infraestrutura. Vimos estradas rurais asfaltadas que interligam rotas produtivas, onde há redes de turismo rural agregadas às agroindústrias, residências construídas “à moda típica”, como nos disse um polonês de uma associação de produtores ecológicos no meio rural de Casca, há restaurantes com arquitetura considerada “italiana”. Nessa dinâmica, “o pessoal se sente meio que dentro de seu grupo étnico, pertencendo, mesmo não sendo do lugar, e a gente tem de criar isso pro turista”, disse-nos um responsável técnico pela Rota das Salamarias.

Partindo da premissa de que a reprodução da agricultura familiar, com a diversificação de atividades rurais, impulsiona o desenvolvimento regional e local, e orienta-se pelo veio da sustentabilidade, chega-se à conclusão de que o objetivo visado pelos agricultores familiares é a garantia de sua permanência no meio rural, alcançada através do crescimento da economia pessoal e coletiva. Na medida em que melhora o nível da economia familiar, através do aprimoramento da qualidade da produção associativa, e, em consequência, as suas condições de vida, cresce também a tendência de os participantes da economia familiar rural não cortarem os vínculos e as raízes que os identificam com as comunidades agrícolas em que estão inseridos. Vários entrevistados nas unidades visitadas nos disseram que, com o avanço da técnica em algumas atividades produtivas (hortigran-

jeiros, leite, confeitarias etc.), houve o favorecimento da possibilidade de permanência de filhos/filhas nas unidades no meio rural. Produtores nos manifestaram a importância da diversificação nos espaços da roça, da horta, dos pomares, das florestas, na conservação de mananciais hídricos, nas culturas que são permanentes, a importância e a necessidade do produtor em ser conhecedor, transmissor de vivências, equilibrador de grande parte da cadeia produtiva dos produtos que ele insere; “o futuro é nós que traçamos, se quisermos que os filhos fiquem aqui, temos de envolvê-los em produções alternativas, e esse é o futuro do mundo”, disse-nos um presidente de uma associação de produtores agroecológicos de Passo Fundo. É nesse sentido que os projetos de desenvolvimento local/regional, junto ao agricultor familiar, precisam levar em conta essas *categorias nucleantes*, principalmente em torno dos conhecimentos gerados internamente, que possam agregar valor em meio aos valores culturais de um estilo de vida e de sociabilidade que as unidades familiares têm condições de imprimir (indústrias caseiras, açudes para peixe, medicina caseira, turismo rural, produção de produtos não industrializados e sem produtos químicos, extrativismo de frutos silvestres, artesanato construído e fabricado em seus diversos âmbitos e valores da história familiar, dentre um amplo conjunto de possibilidades e ações). Esse é um grande desafio para quem pensa no desenvolvimento local e na otimização, em rede, de territórios e de mercados.

TRABALHAR E GANHAR DINHEIRO COM “OS SABERES DA MÃO”

Os saberes *da mão*, expressos e materializados em formas consideradas de artesanato, encontram canais mercantis, com nichos de mercado constituídos na região e ganham expressão de seus confeccionistas como um aprender fazendo ou, então,

um fazer-aprendendo, ainda que o *feito* e aprendido sofram alterações e influências por razões variadas. É nesse sentido que a noção de transmissão de saberes está muito enraizada no horizonte do artesanato. A dinâmica do artesanato, em sua confecção e em sua materialidade, faz com que a fronteira entre o material e o imaterial se torne mais tênue; ele vivifica identidades, testemunho material e imaterial da cultura através do uso, dos objetos, do conhecimento, significado, utilidade e aprendizado. O fazer à mão revela estilo de vida, dimensão do rústico, por isso sua correspondência com o rural, porém não só. Os objetos em couro, como os laços, rédeas, cabresto, cordas, sapatos e instrumentos para montaria e arreamento em geral, bainha para facões e facas, barbicacho, os de lã como uso doméstico de cobertores e colchas, ponchos, blusas, tapetes etc., são expressivos da vida nas estâncias pastoris que unidades familiares de caboclos produzem e vendem na beira da rodovia (BR 386), na Serra do Botucaraí; fazem parte de seu horizonte cultural de longa data. Isso é muito valorizado na esfera mercantil; “as tendas sempre estão cheias, o pessoal sabe que é da gente, não é, é de nosso feitio, sempre fizemos isso, e agora ainda melhorado porque trabalhamos num coletivo, não é”, disse-nos uma senhora feirante, confeccionista de artesanato em couro.

Os objetos de taquara, como cestos, ainda importantes como instrumentos para carregar o milho, a erva-mate, a mandioca e os pastos para as vacas, bem como para fazer peneiras e cestinhos, constituem ainda hoje o acervo de objetos de pequenos agricultores; alguns são comercializados, outros servem para o uso doméstico; os de vime, como cestos para transporte de frutas e lenha para o fogão, amarrar videiras, os de palha de milho, como colchões e travesseiros, invólucro para rapadura, para a confecção de bolsas e outros objetos mais inovadores atualmente, compreendem o acervo de grupos de descendentes de italianos no meio rural que lidam com uva e outras culturas. Os de palha de trigo, como chapéus, cestas e

bolsas; os de madeira, como tanques, cochos, calhas, conchas, colheres de pau, cabos, gamela, móveis, arados, carroças etc., todos expressam horizontes do passado com tentativas de ocupar algum lugar também no presente, porém bem mais como dinâmica mercantil das unidades familiares.

A *indústria doméstica* sempre foi muito dinâmica na região de Passo Fundo, dentre seus expoentes estão os moinhos de cereais, algumas ferrarias, alambiques, cantinas, queijarias, soque de erva, olarias e marcenarias. Vimos vários idosos em unidades familiares rurais, em especial nas regiões de maior identificação com a cultura da parreira/vinho, e também nas que desenvolvem o artesanato de couro e madeira, que continuam confeccionando objetos para a utilidade da vida no meio rural e de extrema utilidade (utensílios para o trabalho, bem como as cestarias, chapéus de palha e outros objetos de couro), respondendo pela produção de muitos itens das necessidades familiares, ou locais (pão, massas, queijo, manteiga, salame, banha, bolachas, biscoitos, doces de frutas etc.). Eles relembram com saudosismo, nostalgia e certo ufanismo dos tempos pioneiros em que o monjolo, movido à água, socava o milho para a quirera e descascava o arroz, e o soque fornecia a erva-mate, as caixas e potes de barro permitiam a conservação de carne defumada e/ou salgada, ou, então, frita e conservada na banha do porco, o moinho que quebrava um “grande galho” no consumo alimentar humano e animal, dentre vários outros aspectos que vincula o saber prático do artesanato colonial.

No entanto, há aspectos externos hoje e que são fundamentais para o desenvolvimento dessa dimensão de saberes desenvolvidos nas famílias rurais. Há carências de financiamentos para infraestrutura, não há garantias de mercado para vários produtos nem de preços compensadores. A organização interna da família também passa por situações-limite (poucos filhos, dificuldade de “dar conta de tantas coisas pra fazer”, reduzida possibilidade de contratação de trabalho

externo à unidade, grande atração do mercado de trabalho urbano, intensa aplicação de mão de obra nas atividades principalmente no campo artesanal e na produção de produtos agroecológicos, dificuldade de gerenciamento do pequeno empreendimento, principalmente quando das sociedades entre famílias de irmãos etc.). Em algumas atividades, a fiscalização e as exigências tributárias e fitossanitárias (salame, erva-mate, morango, derivados do leite etc.) dificultam a continuidade e os ganhos econômicos. A falta de assistência técnica mais sistemática e de compreensão inclusive do horizonte cultural da vida das unidades familiares por parte dos técnicos da Emater e de outros órgãos de assistência creditícia e técnica, bem como de um processo organizativo interno entre famílias e ramos produtivos, dentre outros, identifica e caracteriza o formato de algumas (agro)indústrias caseiras como processo difícil; “a luta é grande”, como nos disse um proprietário de agroindústria de derivados do leite e do morango, “mas, se não for assim, nós pequenos, não temos condições de sobreviver, já resistimos antigamente quando a soja mandou embora muita gente daqui; agora é resistir e se apegar no que sabemos fazer, esse é o nosso produto, é do local que eles [consumidores] querem”.

ENFIM...

Há uma variedade de ações e processos produtivos e culturais que se imbricam no interior de pequenas unidades familiares rurais no espaço pesquisado; difícil é agrupá-las, analisá-las fora de suas especificidades e horizontes culturais, históricos e territoriais; esses são três horizontes que se integram. Aqui relatamos alguns processos genéricos de um cenário muito rico em experiências, muitas delas subsumidas pela lógica midiática do agronegócio e/ou do *marketing* feito nas grandes vinícolas e nos restaurantes das rotas dos Vinhedos e das Salamarias. É possível perceber estratégias produtivas e mercantis de uma forma geral,

em que a unidade familiar é a sua base referencial. Vimos sociedades entre irmãos de unidades familiares, de agroindústrias caseiras na forma de associações entre grupos de vizinhança, unidades individuais. Algumas dessas associações constituem-se na forma de rede entre esferas econômicas (matéria-prima, comércio etc.), porém o que mais se apresenta é a forma de produção individual agrodiversificada, bem como sua comercialização. Ambas as experiências alimentam-se por referenciais de *proximidade* e, de certa forma, de *territórios étnicos*. A importância das feiras nos espaços urbanos, em espaços de rotas turísticas e de produções *territorializadas*, em beira de rodovia e nas próprias casas de produtores é um dado inquestionável.

As unidades familiares encontram formas logísticas de maximizar a comercialização de seus produtos. Os que atuam com a produção agroecológica nos informam que tendem a crescer cada vez mais e encontrar espaços mercantis; segundo esses produtores, o que está faltando “é produto e gente pra trabalhar, que queira botar a mão na terra; a juventude quer botar a mão na tecla do computador”, disse-nos um presidente de associação de produtores agroecológicos de Veranópolis.

Elementos do universo de referências tradicionais das unidades buscam presentificar temporalidades, historicizar experiências e ganhar cada vez mais feições mercantis; processos esses que são materializados em objetos que perduraram no tempo e são reconstituídos pelos canais do valor de uso e/ou de sua dimensão mercantil que a modernidade, em seu aparente paradoxo, produziu.

As agroindústrias caseiras e a produção de leite, ambas promotoras de vínculos mercantis nas feiras, contribuem em muito para redefinir papéis de gênero nas unidades familiares de produção. A variabilidade de alternativas associativas, comunitárias, familiares de trabalho demonstra o potencial dinamizador de *racionalidades vindas de baixo*, marcadas por certa autonomia, pelo esforço, mas nem sempre objetivado da cooperação, fazem-

do frente a outros processos mercantis mais convencionais e concorrenciais.

Insistimos no fato de que, ao falarmos em unidade familiar rural, precisamos ter presentes aspectos de várias ordens, dentre eles, os culturais, os sistemas de valores, hierarquias nos estratos, transmissão do patrimônio sociocultural, a integração à racionalidade moderna de produção, de uso do dinheiro, idealizações etc. (SCHNEIDER, 1999). Entendemos que há novos e velhos processos que se imbricam, expressam-se no interior da família, nas suas formas de sociabilidade produtiva e nas pressões sociais. Valores simbólicos, práticas culturais, relações de interconhecimento, relações sociais comunitárias, de vizinhança, dentre outras, continuam sendo os elementos constitutivos do espaço social da vida colonial, mas se entrelaçam com outros da *cultura urbana*; temos a convicção, sim, de que o que cimenta e solidifica formas modernas de produzir é o acervo histórico-tradicional, envolvendo a família, as relações de trabalho, o gênero, a produção e reprodução de patrimônio e das pessoas. Nesse cenário complexo de relações, há culturas e ciclos de desenvolvimento da família, forte centralidade da dimensão econômica, de uma articulação entre máquinas/técnica e força de trabalho braçal, de bloqueios fundiários (ausência de terra suficiente para reproduzir unidades familiares novas), pressões e atrações da vida e do trabalho urbano, redução de filhos, financiamentos públicos reduzidos, preços pouco compensadores de vários produtos, dificuldades de organizar-se em forma associativa, de reduzir custos e muitas *et ceteras*. Porém, diante de tudo isso e por causa disso tudo, há racionalidades e estratégias, ainda que talvez incipientes, mas que revelam o potencial inovador, empreendedor, criativo, de enfrentamento e adaptação a isso tudo (PAULILO e SCHMIDT, 2003).

Ainda que aqui não tivemos condições de analisar especificamente uma experiência de *agroindústria caseira*, não cansamos de evidenciar sua importância e riqueza de estratégia

na atual conjuntura da pequena agricultura familiar. Várias agroindústrias artesanais que visitamos conseguem se agregar em rede e se aproximar do mercado consumidor, viabilizam a permanência mais segura do agricultor no campo, aumentam a renda, agregam valor aos produtos, o produtor se sente participante da relação produção–venda, além do aspecto do domínio do saber, gera postos de trabalho, abastece nichos de mercado, dá mais visibilidade ao rural/agrícola, dentre uma série de outros elementos. Há um conjunto de recursos sociais, culturais, econômicos e éticos nessa realidade que otimiza a produção, valores de uso utilizados para produzir mercadorias que viabilizam reprodução de unidades familiares (PLOEG, 2006).

É importante que frisemos que o rural, baseado na vivência das unidades familiares, precisa ser visto e ganhar visibilidade social em adequação com as grandes questões que perpassam a sociedade (SCHNEIDER, 1999). A juventude rural é uma dessas grandes questões; ela precisa ser auxiliada concretamente para visualizar expectativas de sobrevivência e cidadania, valorizações em múltiplos âmbitos (STRAPASOLAS, 2004), sob pena de ruir, num futuro bem próximo, inúmeras tentativas e estratégias de sobrevivência que são viabilizadas na região.

A unidade familiar se adapta, recria, redimensiona, rompe, reproduz processos relacionais e sociais em correspondência com fatores internos, interesses e pressões, com as armas que dispõe num cenário de limites de possibilidades de sobrevivência de parte de seus membros e, no limite, da unidade por inteiro. O novo, o moderno, não se constrói, inevitavelmente, anulando ou destruindo o *velho*, ou, então, deixando de lado e inutilizando formas de sociabilidades de décadas precedentes. Entendemos que há um *sistema de valores* (expressos em saberes e vivências) que, nem sempre no sentido linear-evolucionista, articula a relação entre agricultura familiar e modernização social e técnica (WOORTMANN, 1995). Desse modo, justificamos

o que afirmamos desde o início, de que aspectos da tradição camponesa podem se tornar maximizadores, ou seja, não são apenas resíduos, que sobram (dimensão fatalista) no presente, mas o passado que é reconstituído, revalorizado e imbricado nas instâncias modernas (de produção, comercialização e concepção sobre o rural) e que constrói possibilidades de reprodução e visualização no futuro.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABDELMAKI, P. COURLET. (Éd.). Les nouvelles logiques du développement. Paris: L'Harmattan, 1996.
- ABDELMALKI, L. et al. Technologie et territoires: le territoire comme creation collective et resource institutionnelle. In: PECQUEUR, B. (Éd.). Dynamiques territoriales et mutations économiques. Paris: L'Harmattan, 1996, p. 177-194.
- ABREU, R.; CHAGAS, M. (Orgs.). Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.
- ALLAIRE, G.; BOYER, R. La grande transformation de l'agriculture. Paris: Inra, 1995.
- AUED, B. W.; PAULILO, M. I. S. (Org.). Agricultura familiar. Florianópolis: Insular, 2004.
- BECKER, D. F. (Org.). Desenvolvimento sustentável: necessidade e/ou possibilidade? Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2001.
- CARNEIRO, M. J.; MALUF, R. S. Multifonctionnalité de l'agriculture familiale au Brésil: quelque voies de réflexion. In: WOLFER, B. A. Agricultures et paysanneries du monde. Paris: Quae, 2010, p. 121-144.
- CAZELLA, A.; BONNAL, P.; MALUF, R. S. Olhares disciplinares sobre território e desenvolvimento territorial. In: CAZELLA, A. et al. (Org.). Agricultura familiar: multifuncionalidade e desenvolvimento territorial. Rio de Janeiro: Mauad, 2009, p. 25-45.
- CERDAN, C. et al. Du changement technique à la combinaison d'activités et de services. In: MUCHNIK, J.; SAIN MARIE, C.

(Coord.). Le temps des Syal. Technique, vivres et territoires. Versalhes: Quae, 2010, p. 297-312.

CERDAN, C.; SCHIMIDT, W. FLORES, M.; LIMA da SILVA, A. Du changement technique à la combinaison d'activités et des services. In: MUCHNIK, J.; SAIN MARIE, C. (Coord.). Le temps des Syal. Techniques, vivres et territoires. Versalhes: Quae, 2010, p. 297-310.

CERDAN, C.; SOUZA, M. de; FLORES, M. El patrimonio cultural como um elemento estratégico para el desarrollo territorial: dos casos de la inmigración italiana en Brasil. In: RANABALDO, C.; SCHEJTMAN, A. El valor del patrimonio cultural: territorios rurales, experiencias y proyecciones latinoamericanas. Lima: Rimisp, 2008, p. 313-332.

DALLABRIDA, V. R. O desenvolvimento regional: a necessidade de novos paradigmas. Ijuí: Unijuí, 2003.

ETGES, Virgínia E. Desenvolvimento rural: potencialidades em questão. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2004.

MARTINS, J. de S. A sociabilidade do homem simples: cotidiano e história na modernidade anômala. São Paulo: Hucitec, 2000.

PAULILO, M. I.; SCHMIDT, W. (Org.). Agricultura e espaço rural em Santa Catarina. Florianópolis: Editora da UFSC, 2003.

PECQUEUR, B. (Ed.). Dynamiques territoriales et mutations économiques. Paris: L'Harmattan, 1996.

_____. Qualité et développement territorial: l'hypothèse du panier de biens et de services territorialisés. *Economie Rurale*, n. 261, p. 37-49, jan.-fev. 2001.

_____. Le développement local. Paris: Syros, 2008.

PECQUEUR, B.; ZIMMERMANN, J. B. (Org.). *Economie de proximités*. Paris: Lavoisier, 2004.

PLOEG, J. D. V. der. O modo de produção camponês revisitado. In: SCHNEIDER, S. (Org.). *A diversidade da agricultura familiar*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006, p. 13-56.

RADOMSKY, G, F, W. Reciprocidade, redes sociais e desenvolvimento rural. In: SCHNEIDER, S. (Org.). *A diversidade da agricultura familiar*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006,

p. 104-136.

SABOURIN, E. Aprendizagem coletiva e construção social do saber local: o caso da inovação na agricultura familiar da Paraíba. *Estudos, Sociedade e Agricultura*, Rio de Janeiro, n. 16, p. 37-61, abr. 2001.

_____. Práticas sociais, políticas públicas e valores humanos. In: SCHNEIDER, S. (Org.). *A diversidade da agricultura familiar*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006, p. 215-239.

_____. *Camponeses do Brasil: entre a troca mercantil e a reciprocidade*. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

SANTOS, M. *Fim de século e globalização*. São Paulo: Hucitec, Anpur, 1993.

SCHNEIDER, S. *Agricultura familiar e pluriatividade*. 1999. Tese (Doutorado) – UFRGS, Porto Alegre.

STRAPASOLAS, V. L. *Visões de mundo rural dos jovens: da invisibilidade social à busca da cidadania*. In: AUED, B. W.; PAULILO, M. I. (Org.). *Agricultura familiar*. Florianópolis: Insular, 2004, p. 153-170.

TEDESCO, J. C. *Terra, trabalho e família: racionalidade produtiva e ethos camponês*. Passo Fundo: Ediupef, 1999.

_____. *Festas e saberes: genealogias e memória imaterial na região colonial do RS*. Passo Fundo: Clio, 2009.

VEIGA, J. E. *A face rural do desenvolvimento: natureza, território e agricultura*. Porto Alegre: UFRGS, 2000.

WANDERLEY, M. N. B. *Morar e trabalhar: o ideal camponês dos assentamentos de Pitanga*. In: MARTINS, J. de S. (Coord.). *Travessias. A vivência da reforma agrária nos assentamentos*. Porto Alegre: UFRGS, Nead, 2003, p. 203-245.

_____. Prefácio. In: CARNEIRO, M. J.; MALUF, R. S. (Org.). *Para além da produção: multifuncionalidade e agricultura familiar*. Rio de Janeiro: Mauad, 2003b.

_____. *Territorialidade e ruralidade no Nordeste. Por um pacto social pelo desenvolvimento rural*. In: SABOURIN, E.; TEIXEIRA, O. A. (Eds.). *Planejamento e desenvolvimento dos territórios rurais: conceitos, controvérsias e experiências*.

Brasília: Embrapa, 2002.

WOLFER, B. A. *Agricultures et paysanneries du monde*. Paris: Quae, 2010.

WOORTMANN, E. *Herdeiros, parentes e compadres*. São Paulo: Hucitec, 1995.

ZANINI, M. C. T. *Pertencimento étnico e territorialidade: italianos na região central do RGS*. *Revista Redes, Santa Cruz do Sul, Unisc*, v. 13, n. 3, p. 140-163, set.-dez. 2008.

JOÃO CARLOS TEDESCO – Doutor em Ciências Sociais; professor do Mestrado em História da Universidade de Passo Fundo (RS), <jctedesco@upf.br>.